

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS**-----

-----**COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE**-----

-----**REUNIÃO nº 3 /Ano 2019**-----

Data 09/04/2019 -----

Hora de Início 18H10 /**Fim** 19H45

Presenças:-----

José Augusto Carvalho-----
Rui Prudêncio-----
Luís Carlos Lopes-----
Maria Teresa Oliveira-----

Pedro Castelo-----
João Rodrigues-----
Sérgio Jacinto-----

Assuntos tratados:-----

- 1- Informação da Deputada Susana Neves sobre reunião com Diretor do ACES Oeste Sul-----
- 2- Anulação de inscrições no ACES Oeste Sul e transferência de doentes para outras unidades UCP-----
- 3- Dados sobre o concurso carreira (MGF)-----
- 4- Ofício da Câmara para conhecimento sobre a descentralização do domínio da saúde-----
- 5- Notícia do Jornal Público partilhada pelo Dr. António Martins-----
- 6- Preparação do encontro das 21h com representantes das AM de caldas da Rainha e Peniche-----

Conclusões:-----

- 1- Susana Neves fez uma síntese do conteúdo do documento, anteriormente distribuído, onde descreve reunião com o Dr. António Martins. O encontro ocorreu no passado dia 25 de março e, apesar de prevista a presença do presidente da AM essa demonstrou-se impossível e a deputada municipal foi sozinha. Os temas abordados foram: saúde oral - cheques dentista e medicina dentária; rastreios e consulta tabágica; academia da mobilidade; funcionamento da equipa de cuidados continuados integrados; equipa de suporte comunitário em cuidados paliativos; Médicos de Família e Internato Médico e outros assuntos.-----
- 2- Pedro Castelo considerou ilegal a medida de transferência dos utentes, fazendo-os regressar às extensões de "origem". O presidente da AM disse que tinha informações sobre o assunto, obtida em reunião com o próprio diretor do ACES Oeste Sul, que lhe disse que as USF's da cidade atingiram a sua capacidade máxima. Neste sentido, o Dr. António Martins, pensou que a solução poderia passar pela redistribuição dos utentes de médicos de família agora reformados, com o regresso dos mesmos, até agora afetos às UFS's da cidade, às extensões da sua residência. Essa operação teria lugar nos casos em que existisse disponibilidade de médico de família na extensão. Entretanto, o próprio diretor recuou, admitindo que a sua decisão não tem cobertura no Despacho n.º1774-A/2017, de 24 de fevereiro, que dá o direito aos utentes de escolherem onde querem ser seguidos.-----

Sobre a exclusão de utentes das listas de inscritos, sabe-se que passados 5 anos de não utilização dos serviços dos Centros de Saúde, os utentes ficam com a "inscrição inativa", por força do já referido Despacho. Se mais tarde voltarem a solicitar cuidados, têm direito a ver o seu processo reaberto. Luís Carlos Lopes diz que esta questão da inatividade é antiga e conhecida por todos mas que existe a prática de contactar os utentes antes de tomarem essa medida. Pedro Castelo considera que o estranho é a "limpeza" em massa de centenas de doentes das listas de uma só vez. Disse ainda que o referido administrador contrariou a Lei e que o processo do regresso forçado às extensões só foi travado porque foi denunciado à ARS. Sobre este último assunto, o presidente da AM disse que os utentes que já tinham sido informados que passariam ser atendidos noutra local, serão notificados da regularização da questão porque a medida não avançou.-----

Pedro Castelo disse não apreciar a forma de trabalhar do atual diretor do ACES que trabalha muito bem os números mas sempre com o objetivo de "maquilhar a estatísticas".-----

- 3- Com os dados do *site* do SNS fez-se nova tabela de posição dos 55 ACES. Continua evidente que LVT está na cauda da tabela e José Augusto Carvalho defendeu que o Ministério da Saúde deveria abrir vagas para MGF só nas áreas mais carenciadas. O último concurso MGF abriu 3 vagas para o ACES Oeste Sul, segundo o Dr. António Martins, foi um para Mafra, outro para a Ponte do Rol e o último para o Cadaval.-----
Luís Carlos Lopes tomou a palavra e disse que os estudantes de medicina nas faculdades da capital e que residem na LVT tendem a escolher outras áreas de especialização, destinadas ao meio hospitalar e é nas grandes áreas metropolitanas que existem hospitais com essas valências. O fator regional tem um grande peso na candidatura de entrada para o curso e os alunos do norte, com intensão de ficarem mais próximos de casa, candidatam-se e para lá continuarem depois de formados, acabam por escolher MGF para ficarem colocados nos centros de saúde mais próximos. Apesar de censurável, este é um dos prismas de observação do que está a acontecer e deveriam ser tomadas medidas administrativas para salvaguardar estas situações, abrindo vagas só em locais carenciados. O facto de ser a Ordem dos Médicos a escolher onde são feitos os Internatos Médicos não ajuda a resolver a questão.-----
- 4- O ofício da Câmara Municipal foi lido pelo presidente da AM que posteriormente demonstrou a sua preocupação em saber se a Câmara pretende ou não aceitar a transferência de competências em 2019 e quando levará o assunto ao órgão deliberativo. Os membros da comissão foram recordados de que ainda não foi publicado o Despacho a que se refere o DL da descentralização na saúde e, salvo melhor entendimento ou lapso, a data de pronúncia dos municípios está em suspenso.-----
- 5- Foi distribuída por todos uma notícia do jornal Público, enviada pelo diretor do ACES Oeste Sul, onde se dá a conhecer que aderiram ao projeto Proximidade Sénior, do Centro de Contacto SNS 24.-----
- 6- Recordando a reunião do passado dia 12 de março nas Caldas da Rainha, José Augusto Carvalho disse que ficou evidente que todos concordam com a necessidade de um novo hospital. A localização é um ponto complexo que deve ser tratado posteriormente. O ponto de análise para a reunião desta noite deve ser o "já", quanto às carências de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche. A tónica deverá ser "Que caminho fazer e com quem?". Rui Prudêncio defende que se force à construção de um hospital novo e único e que esse é o argumento que, em perspetiva, vai permitir manter e reabilitar os 3 centros em funcionamento.-----
Recordou-se que o conselho consultivo do CHO, depois da tomada de posse da nova Administração, ainda não foi constituído e que deveria ser proposta uma reunião para esclarecer este e outros assuntos de modo a perceber quais as medidas previstas pela atual Administração do CHO EPE.-----
A deputada Susana Neves deu a conhecer a apresentação, no próximo dia 15 de abril, da equipa de Cuidados Domiciliários em fase aguda (do CHO). Nenhum dos presentes foi convidado para a cerimónia.-----
Rui Prudêncio lembrou ainda a intenção de, na Assembleia Intermunicipal da Oeste CIM, no próximo dia 16, propor a constituição de uma Comissão Intermunicipal de Saúde.-----
Em jeito de conclusão, recordou que ao Oeste cabe fazer força e pressionar politicamente mas todos devem ter consciência que a verdadeira decisão de um novo hospital será sempre do Ministério da Saúde.-----

a)

